

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2026.

À
DD. DIRETORIA DA
MORAS PARTICIPAÇÕES S.A
UBERLÂNDIA - MG

REF.: RELATÓRIO FINAL N.º 01/2025 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – BALANÇO PATRIMONIAL;
- 3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO;
- 4 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL;
- 5 – DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA e
- 6 – NOTAS EXPLICATIVAS

Releva observar que este relatório representa, através do Relatório dos Auditores Independentes, nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

ANEND – AUDITORES INDEPENDENTES
ATO DECLARATÓRIO CVM N.º 9210
CRC-RJ n.º 003550/O



HILDO JARDIM ALEGRIA
Diretor
Contador - CRC/RJ-041841/S-RJ

À
DD. DIRETORIA DA
MORAS PARTICIPACOES S.A
UBERLANDIA - MG

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis (controladora e consolidado) da **MORAS PARTICIPACOES S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis (controladora e consolidado) acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MORAS PARTICIPACOES S.A** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **MORAS PARTICIPACOES S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis (controladora e consolidado) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis (controladora e consolidado), a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **MORAS PARTICIPACOES S.A** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **MORAS PARTICIPACOES S.A** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **MORAS PARTICIPACOES S.A** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis (controladora e consolidado).

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis (controladora e consolidado), tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis (controladora e consolidado).

ANEND

AUDITORES INDEPENDENTES S/C

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis (controladora e consolidado), independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **MORAS PARTICIPACOES S.A.**
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **MORAS PARTICIPACOES S.A.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis (controladora e consolidado) ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **MORAS PARTICIPACOES S.A** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis (controladora e consolidado), inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2026.

ANEND – AUDITORES INDEPENDENTES
ATO DECLARATÓRIO CVM N.º 9210
CRC-RJ n.º 003550/O



HILDO JARDIM ALEGRIA
Diretor
Contador - CRC/RJ-041841/S-RJ

MORAS PARTICIPACOES S.A.

CNPJ nº: 45.333.109/0001-89

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em Reais)

ATIVO

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	15.771	3.436.252
Aplicações Financeiras	6	705.404	403.662	2.361.685	3.600.637
Contas a Receber de Clientes	7	-	-	10.037.258	7.550.171
Impostos a Recuperar	8	1.730	706	505.599	367.170
Lucros e Dividendos a Receber	9	318.122	-	-	-
Adiantamentos concedidos	10	-	-	1.040.206	597.413
Estoques	11	-	-	1.966.004	2.273.328
Outros créditos	12	-	-	44.393	691.682
		1.025.256	404.368	15.970.916	18.516.653
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Outros créditos LP	13	-	-	328.753	819.337
		-	-	328.753	819.337
Investimentos – MEP	14	23.536.127	23.331.224	1.000	-
Imobilizado	15	5.876.157	5.832.271	15.859.722	13.687.776
Intangível	16	2.657	3.558	1.542.462	1.119.660
		29.414.941	29.167.053	17.403.184	14.807.436
TOTAL DO ATIVO		30.440.197	29.571.421	33.702.853	34.143.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

MORAS PARTICIPACOES S.A.

CNPJ nº: 45.333.109/0001-89

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em Reais)

PASSIVO

	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	1.801.909	636.406	263.476	740.783
Obrigações Trabalhistas	18	1.822	3.389	423.712	409.615
Fornecedores	19	-	-	2.992.826	3.517.839
Obrigações Tributárias	20	8.677	-	267.415	280.882
Lucros e Dividendos a Distribuir	21	54.641	40.591	54.641	40.591
Outras Obrigações a Pagar	22	90.467	569	113.945	241.441
		1.957.516	680.955	4.116.015	5.231.151
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos LP	17	-	-	919.807	16.567
Obrigações Tributárias LP	20	-	-	-	5.242
Contingências	23	-	-	184.350	-
		-	-	1.104.157	21.809
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	24	2.132.753	2.132.753	2.132.753	2.132.753
Reserva de Lucros		26.737.257	26.757.713	26.737.257	26.757.713
Ações em Tesouraria		(387.329)	-	(387.329)	-
		28.482.681	28.890.466	28.482.681	28.890.466
TOTAL DO PASSIVO		30.440.197	29.571.421	33.702.853	34.143.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

MORAS PARTICIPACOES S.A.
 CNPJ nº: 45.333.109/0001-89
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
 (Em Reais)

	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	25	-	-	18.515.951	21.429.465
Custos dos Produtos e Mercadorias	26	-	-	(6.833.506)	(7.432.842)
LUCRO BRUTO		-	-	11.682.445	13.996.623
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	26				
Despesas Comerciais		(10.114)	(35.779)	(6.354.361)	(6.932.325)
Despesas Administrativas		(174.465)	(150.110)	(2.548.458)	(2.510.716)
Perda Estimada c/Clientes Liq. Duvidosa		-	-	(630.961)	(705.815)
Outras Despesas/Receitas Operacionais		(1.750)	(437)	(539.875)	(409.227)
Resultado da Equiv. Patrimonial		1.272.486	3.208.320	-	-
		1.086.157	3.021.994	(10.073.655)	(10.558.083)
RESULTADO OPERACIONAL		1.086.157	3.021.994	1.608.790	3.438.540
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS					
Despesas Financeiras	27	(6.785)	(2.782)	(234.605)	(114.702)
Receitas Financeiras		95.238	3.406	540.140	514.562
		88.453	624	305.535	399.860
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		1.174.610	3.022.618	1.914.325	3.838.400
Impostos de Renda e Contribuição Social	28	(22.857)	-	(762.572)	(815.782)
LUCRO EXERCÍCIO	29	1.151.753	3.022.618	1.151.753	3.022.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

MORAS PARTICIPACOES S.A.
 CNPJ nº: 45.333.109/0001-89
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do Exercício	1.151.753	3.022.618	1.151.753	3.022.618
Contingências	-	-	184.349	-
Baixa de Imobilizado	-	-	217.308	-
Depreciação e Amortização	20.733	1.946	1.469.082	1.241.506
	1.172.486	3.024.564	3.022.492	4.264.124
Variações nos ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	(2.487.087)	6.394.057
Impostos a Recuperar	(1.024)	(591)	352.155	(68.376)
Adiantamento concedidos	-	467	(442.793)	1.143.436
Estoques	-	-	307.324	(872.338)
Outros créditos	(318.122)	65.000	647.288	(571.116)
Variações nos passivos operacionais				
Trabalhistas	(1.567)	221	14.098	(239.532)
Fornecedores	-	(1.710)	(525.013)	(1.402.080)
Tributária	8.677	-	(13.467)	(262.505)
Outras Obrigações a pagar	20.446	(73.500)	(196.948)	81.800
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	880.896	3.014.451	678.049	8.467.470
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de Investimentos	(204.003)	(1.537.194)	(1.000)	-
Aquisição do ativo imobilizado	(64.618)	(178.634)	(3.824.708)	(1.982.368)
Aquisição de intangível	-	-	(456.430)	(420.759)
Caixa líquido gerado pela atividade de investimento	(268.621)	(1.715.828)	(4.064.830)	(2.403.127)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e Financiamentos	1.165.503	636.406	(676.824)	8.457
Parcelamentos de tributos	-	-	(5.242)	(15.725)
Antecipação de Lucros e Dividendos Pagos	(304.071)	(535.167)	14.050	(1.477.000)
Aumento de Capital	-	106.695	-	106.695
Distribuição de Lucros	(1.171.965)	(1.225.049)	(387.329)	(1.225.049)
Caixa líquido gerado pela atividade financiamento	(310.533)	(1.017.115)	(1.055.345)	(2.602.622)
Aumento de caixa equivalentes de caixa, líquido	301.742	281.508	(4.659.434)	3.461.721
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	403.662	122.154	7.036.889	3.575.168
Caixa e equivalentes caixa no final do exercício	705.404	403.662	2.377.455	7.036.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

MORAS PARTICIPACOES S.A.
CNPJ nº: 45.333.109/0001-89
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em Reais)

Descrição	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	Capital Socia	Reserva de Lucros	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulado/ Ações em Tesouraria	Total R\$
Saldo em 31/12/2023	2.026.058	400.000	24.560.144	-	26.986.202
Aumento do Capital	106.695			-	106.695
Lucro do exercício				3.022.618	3.022.618
Transferência para Reserva de Legal		26.551		(26.551)	-
Distribuição de Dividendos				(1.225.049)	(1.225.049)
Transferência p/Reserva de Retenção de Lucros			1.771.018	(1.771.018)	-
Saldo em 31/12/2024	2.132.753	426.551	26.331.162	-	28.890.466
Lucro do exercício				1.151.753	1.151.753
Distribuição de Dividendos			(750.462)	(421.747)	(1.172.209)
Ações em Tesouraria				(387.329)	(387.329)
Transferência p/Reserva de Retenção de Lucros			730.006	(730.006)	-
Saldo em 31/12/2025	2.132.753	426.551	26.310.706	(387.329)	28.482.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

MORAS PARTICIPACOES S.A.
CNPJ nº: 45.333.109/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

MORAS PARTICIPACOES S.A., aqui denominada “Companhia”, “Controladora” ou “MORAS”, sociedade de capital fechado, com sede na cidade de Uberlândia – MG, é uma holding pura cujas controladas tem como principais atividades i) Comércio em atacado e varejo de insumos para agricultura e pecuária, ii) Venda de sementes e grãos de cereais, leguminosas e tubérculos no atacado e varejo, iii) Fabricação de adubos e fertilizantes organo-minerais, iv) Fabricação de produtos de biotecnologia para usos agrícolas e defesa. ambiental (biorremediadores), exceto leveduras e, v) e-commerce..

A MORAS exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas: AMTEC Bioagrícola Ltda, Moraz e Vieira Comércio Agrícola Ltda e Reis e Corbelini Comércio Agrícola Ltda.

A MORAS através de suas controladas, continuou a dedicar esforços à iniciativas de crescimento, realizando investimentos em infraestrutura, tecnologia e pesquisa para fortalecer a sua indústria ainda mais e para enfrentar os desafios do agronegócio produzindo com solidez insumos agrobiológicos que beneficiam o ser humano e a natureza.

Promovendo o bem-estar para as pessoas e a natureza e buscando uma diferenciação no seu mercado de atuação, ela desenvolveu uma metodologia capaz de proporcionar a substituição da agricultura tradicional, baseada nos fertilizantes e insumos químicos, por bioinsumos (fungicidas, inseticidas, biofertilizantes, bioestimulantes e bioremediadores) que não agridem o meio ambiente e os seres humanos, inclusive proporcionando alimentos de melhor poder nutricional e qualidade.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelos acionistas e autorizadas a sua emissão em 31 de março 2026.

2. ASPECTOS SOCIETÁRIOS E ORGANIZACIONAL

A **MORAS PARTICIPACOES S.A.**, em seu Estatuto Social estabelece que a representação da Sociedade será exercida pelos Administradores acionistas, com todos os poderes e atribuições que a lei lhe confere assegurando o funcionamento da sociedade e a conservação de seus objetivos, competindo-lhe especialmente, administrar os negócios sociais, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, com plenos poderes para administrá-la, dentro das prescrições legais e das deliberações da assembleia.

A missão da MORAS é suportar as suas controladas com capital humano e recursos materiais e financeiros para desenvolver soluções bioagrícolas sustentáveis e inovadoras, para garantir a sustentabilidade e prosperidade dos nossos clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e sociedade.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), em conformidade com os dispositivos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – (PME) no que tange às práticas contábeis adotadas no Brasil, com vistas à divulgação das informações em consonância com as normas internacionais de contabilidade e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4 e nas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)⁸ (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis matérias aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão definidas abaixo e têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados.

4.1 MOEDA FUNCIONAL

As informações contábeis foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações, exceto quando indicado de outra forma são convertidas na data das demonstrações financeiras.

4.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e seus equivalentes incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata, sendo mensurados e avaliados por seus valores de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos.

4.3 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas as estimadas das perdas esperadas.

4.4 CRÉDITOS PARTES RELACIONADAS

Correspondem a remessas de valores pactuados conforme contratos assinados entre as partes. Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados ao uso do método da taxa de juros efetiva.

4.5 ESTOQUES

Compreendem os direitos de curto prazo principalmente com: (I) estoques de fabricação e (II) estoques de produtos. Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, garantindo que estes não sejam superiores ao valor a ser realizado na venda destes ativos das respectivas operações.

4.6 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber/recuperar em curto prazo relacionado, principalmente, com: (I) Impostos a Recuperar; (II) adiantamento concedidos, e (III) outros créditos. Tais valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

4.7 INVESTIMENTOS

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanços patrimoniais levantados pelas controladas na mesma data-base e utilizando práticas contábeis uniformes as da controladora.

4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no custo de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como despesas no resultado do período. A base de cálculo para a depreciação dos bens é o custo do ativo imobilizado. O método de cálculo aplicável é o da depreciação linear por meio de quotas constantes. A depreciação de tais bens é iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em operação.

4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, estando aqueles que possuem vida útil definida, sujeitos à amortização e a redução ao valor recuperável (se for o caso).

A base de cálculo para a amortização dos intangíveis é o custo. O método de cálculo aplicável é o da amortização linear por meio de quotas constantes. A amortização é iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação em utilização.

4.10. FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

Correspondem majoritariamente ao financiamento de uma usina fotovoltaica cuja vida útil estimada é de 25 anos sendo que os respectivos pagamentos se darão em 57 parcelas mensais ajustadas a valor presente, considerando a taxa incremental de financiamento, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos.

4.11. FORNECEDORES

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio, são contabilizados inicialmente pelo valor justo da obrigação, bem como estimativa de comissões cuja mensuração e apuração dos valores a serem pagos para os nossos representantes ou parceiros, são baseadas no valor das vendas dos produtos nos períodos abrangentes. Desta forma, são reconhecidas e contabilizadas de acordo com a efetiva obrigação formalizada conforme contratos e após são ajustados dos correspondentes juros e encargos se for o caso.

4.12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Constituem os saldos de obrigações empregatícias, provisões de salários a pagar, serviços de autônomos a pagar, INSS, FGTS e contribuição sindical. A provisão de férias e encargos foi calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

4.14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As Companhias são tributadas pelo regime de Lucro Presumido, sendo que as provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídas considerando a presunção de 8% IRPJ e 12% CSLL, respectivamente, sobre o faturamento e ICMS 4% sobre o faturamento.

4.15. LUCROS E DIVIDENDOS A DISTRIBUIR

As obrigações são evidenciadas por valores calculáveis, proposto pela administração ocorridas até a data das Demonstrações Financeiras.

4.16. OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros, encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Financeiras

4.17. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende parcelas de longo prazo e saldo de parcelas a vencer após o término do exercício social. O Não Circulante apresenta a seguinte divisão (i) Financiamentos (ii) Outras obrigações.

4.18. LUCRO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Sobre o lucro líquido do período atribuído aos acionistas são calculados os dividendos sendo praticado a distribuição de dividendos desproporcionais para acionistas minoritários.

4.19. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador, ou seja, a receita pela venda de produtos é reconhecida quando satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente.

4.20. COMISSÕES

A mensuração e apuração dos valores a serem pagos para os nossos representantes ou parceiros são baseadas na receita líquida de vendas obtida por meio dos lançamentos incorridos nos respectivos períodos de competência. Feito isso, são reconhecidos e contabilizados de acordo com a efetiva obrigação formalizada conforme contratos.

4.21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades com riscos financeiros de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia não está exposta a risco cambial, pois todas as operações e saldos foram realizadas e reconhecidas em Reais. A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro das empresas. A gestão de risco é realizada pela controladoria, no qual busca identificar, avaliar e proteger a empresas contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros e risco de crédito.

- a) **Risco de crédito** decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições a clientes sobre os saldos de contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. A avaliação de riscos de crédito para os clientes é realizada por meio da plataforma AG Risk obtendo o score na análise de tais créditos, levando-se em consideração o seu limite disponível bem como garantias oferecida pelos clientes tais como CPR – Cédula de Produto Rural e/ou Cessão de Crédito.
- b) **Risco de mercado** o principal risco de taxa de juros decorre das operações financeira de crédito de um financiamento de uma usina fotovoltaica com início em 10/06/2025 com pagamento em 57 parcelas mensais cujo término se dará em 10/06/2030 obtido junto ao Sicoob Aracoop com taxa juros prefixados cujo CET é 10,97% ano, expondo a companhia ao risco de perda de fluxo de caixa ao longo do tempo associado a taxa fixa de juros. A análise da exposição à taxa de juros é realizada de forma dinâmica, ou seja, a cada fechamento mensal é avaliado a variação da taxa de juros e efetuado os devidos cálculos para apuração do impacto do saldo de vencimento
- c) **Risco de Liquidez** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas empresas, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a tesouraria. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados de liquidez.

4.22. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios à outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal tencionando reduzir seu respectivo custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a administração pode propor aos acionistas a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento.

4.23. REFORMA TRIBUTÁRIA

A Lei Complementar nº 214/25 promoveu a reestruturação do sistema tributário nacional, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), além de introduzir o Imposto Seletivo (IS) e regulamentar a governança do novo modelo por meio do Comitê Gestor do IBS.

Em 2026, inicia-se a fase de testes com o destaque dos valores de IBS e da CBS nas notas fiscais, sem a substituição imediata dos tributos.

A [Lei Complementar nº 224, de 26/12/2025](#), instituiu uma redução linear de 10% em diversos incentivos e benefícios fiscais federais. A norma, regulamentada pelo [Decreto nº 12.808/2025](#), impacta o Lucro Presumido, que terá acréscimo de 10% nos percentuais para IRPJ, CSLL (Lucro Presumido) e também mudanças para PIS, Cofins, IPI e contribuições previdenciárias patronais.

As mudanças afetaram as empresas, impactando-se nos produtos em 0,365% PIS/Cofins sobre a receita antes era alíquota zero e IRPJ/CSLL e com um aumento de base cálculo do Lucro Presumido de 0,8%. IRPJ e 1,2% na CSLL sobre a receita para o ano 2026.

4.24. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações expressando a realidade, a relevância e a confiabilidade dos fatos, bem como permitindo a sua comparabilidade ao longo do tempo. A metodologia aplicada na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi pelo método indireto.

A administração concluiu que as Demonstrações Financeiras apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de Caixa da entidade.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

As principais estimativas realizadas pela Administração quando da elaboração das Demonstrações Financeiras incluem a vida útil para seus ativos imobilizados e intangíveis, o valor residual dos ativos imobilizados e as perdas com o valor recuperável de recebíveis. As contas de ativos e passivos circulantes, assim como as contas de ativos e passivos não circulantes estão apresentadas pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas e são registradas em valor presente. Não foram identificados casos relevantes com necessidade de ajuste a valor presente.

6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalente a caixa	-	-	15.771	3.436.252
Aplicações Financeiras	705.404	403.662	2.361.685	3.600.637
	705.404	403.662	2.377.456	7.036.889

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa compreendem os saldos das disponibilidades de caixa, de contas bancárias e de aplicações financeiras para saldar os compromissos das operações de curto prazo.

7 – CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		31/12/2025	31/12/2024
	31/12/2025	31/12/2024		
Clientes	-	-	16.263.924	13.073.876
(-) PECLD	-	-	(6.226.666)	(5.523.705)
	-	-	10.037.258	7.550.171

ANEND

AUDITORES INDEPENDENTES S/C

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
A Vencer	-	-	9.760.590	7.525.034
Vencidos até 30 dias	-	-	13.604	25137
Vencidos de 31 Até 90 dias	-	-	263.064	-
Vencidos acima 91 dias	-	-	6.226.666	5.523.705
	-	-	16.263.924	13.073.876
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Saldo Inicial	-	-	(5.595.705)	(4.817.890)
(+) Adições	-	-	(630.961)	(705.815)
Saldo atual	-	-	(6.226.666)	(5.523.705)

Correspondem aos valores a receber de vendas de produtos de valores pactuados conforme pedidos. O cálculo da Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa. ("PECLD") é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização dos valores a receber, considerando o desempenho dos recebíveis de forma consistente cujo cálculo se baseia nos históricos de inadimplência com vencimentos acima de noventa dias sendo assim constituídas as perdas para os clientes sem garantias.

8 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ICMS a Compensar	-	-	500.645	349.810
IRRF s/Aplicações a Compensar	1.730	706	0	706
IRPJ/CSLL Antecipado	-	-	4.954	16.654
	1.730	706	505.599	367.170

Correspondem aos valores de ICMS, IRPJ/CSLL e IRRF sobre aplicações financeiras a compensar, o ICMS refere-se a créditos sobre compra de fornecedores de materiais para indústria.

9 – LUCROS E DIVIDENDOS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
AMTEC	274.833	-	-	-
MORAZ	43.289	-	-	-
	318.122	-	-	-

Correspondem aos valores a receber dos lucros distribuídos das controladas para sua controladora.

10 – ADIANTAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamentos a Funcionários	-	-	19.535	85.216
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	1.020.671	512.197
	-	-	1.040.206	597.413

Correspondem aos valores de adiantamentos concedidos e referem-se a adiantamentos para pessoal referentes a salários, viagens e férias e ao adiantamento aos fornecedores de materiais e serviços e a terceiros.

11 – ESTOQUES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>

ANEND

AUDITORES INDEPENDENTES S/C

Estoques de Produtos Fabricados	-	-	1.652.490	2.507.511
Estoques de Produtos de Revenda	-	-	507.501	170.803
(-) Perda Com Estoques	-	-	(193.987)	(404.986)
	-	-	1.966.004	2.273.328

Correspondem aos valores de Estoques de produtos, matéria prima e embalagens utilizados/fabricados pela indústria além dos estoques de produtos adquiridos com a finalidade de revenda, são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor justo, dos dois o menor, ou seja, pelo preço que seria recebido pela venda.

12 – OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a Receber	-	-	-	636.406
Seguros Antecipados	-	-	44.393	55.276
	-	-	44.393	691.682

Correspondem aos valores repassados com taxas pré-fixadas e seguros pagos antecipados, são mensurados pelos valores estabelecidos nos contratos.

13 – OUTROS CRÉDITOS - LP

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consortio não contemplados IRPJ/CSLL a Recuperar	-	-	328.753	199.029
	-	-	-	620.308
	-	-	328.753	819.337

Correspondem aos valores consórcio no Banco do Brasil e IRPJ/CSLL a Recuperar paga antecipado, são mensurados pelos valores estabelecidos nos contratos.

14 – INVESTIMENTOS

Sociedades consolidadas	AMTEC	Moraz e Vieira	Reis e Corbelini	Controladora
Participações nas Controladas	100%	100%	100%	-
Saldo em 31/12/2024	21.440.926	1.885.167	5.131	23.331.224
(+) Equivalência Patrimonial	1.099.331	173.156	-	1.272.487
(-) Distribuição de Lucros e Dividendos	(274.833)	(793.751)	-	(1.068.584)
Saldo em 31/12/2025	22.265.424	1.264.572	5.131	23.535.127

A Composição dos investimentos em controladas diretas, são ajustados pelas movimentações dos ativos líquidos das investidas ao MEP.

ANEND

AUDITORES INDEPENDENTES S/C

15 – IMOBILIZADO

15.1 – CONTROLADORA

Descrição	Taxa a.a.	Sd. Inicial 2024	Aquisições	Baixa/Transf. de Bens	Sd. Final Bens 2025	Sd inicial Deprec.2024	Deprec. do Ano	Sd. Final Deprec.2025	Residual 2025	Residual 2024
Terrenos	-	4.355.640	64.618	(900)	4.419.358	-	-	-	4.419.358	4.355.640
Edificações	4%	985.354	100.372	-	1.085.727	-	(18.095)	(18.095)	1.067.631	985.354
Máquinas e Equip.	10%	6160	-	-	6.160	(1.185)	(1.232)	(2.417)	3.743	4.975
Informática	20%	2.526	-	-	2.526	(321)	(506)	(827)	1.699	2.204
Constr. em And.	-	484.098	-	(100.372)	383.726	-	-	-	383.726	484.098
		5.833.778	164.990	(101.272)	5.897.497	(1.506)	(19.833)	(21.339)	5.876.157	5.832.271

15.2 – CONSOLIDADO

Descrição	Taxa a.a.	Sd inicial Bens 2024	Aquisições Bens	Baixa de Bens	Sd. Final Bens 2025	Sd inicial Depr 2024	Deprec. do Ano	Baixa de Bens	Sd. Final Depr.2025	Residual 2025	Residual 2024
Terrenos	-	4.355.640	63.718	-	4.419.358	-	-	-	-	4.419.358	4.355.640
Edificações	4%	985.355	100.372	-	1.085.727	-	(18.095)	-	(18.095)	1.067.632	985.355
Instalações	4%	74.372	5.900	-	80.272	(13.967)	(7.809)	-	(21.776)	58.496	60.405
Moveis e Utensílios	10%	497.197	95.477	-	592.674	(108.490)	(59.099)	-	(167.589)	425.085	388.707
Máquinas e Equip.	10%	5.796.208	1.392.767	(162.496)	7.026.479	(1.333.136)	(689.722)	16.176	(2.006.682)	5.019.797	4.463.072
Informática	20%	106.475	27.110	-	133.585	(41.455)	(22.556)	-	(64.011)	69.574	65.020
Veículos	20%	1.336.335	252.408	(280.808)	1.307.935	(615.606)	(248.379)	209.820	(654.165)	653.770	720.729
Construção em And.	0%	484.098	122.433	-	606.531	-	-	-	-	606.531	484.098
Usina Fotovoltaica	4%	-	1.038.965	-	1.038.965	-	(23.319)	-	(23.319)	1.015.646	-
Benf.Prop.Terceiros	10%	2.503.492	725.558	-	3.229.050	(338.742)	(366.475)	-	(705.217)	2.523.833	2.164.750
		16.139.172	3.824.708	(443.304)	19.520.576	(2.451.396)	(1.435.454)	225.996	(3.660.854)	15.859.722	13.687.776

Os itens do imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que contemplam o prazo da vida útil econômica dos bens.

16 – INTANGÍVEL

16.1 – CONTROLADORA

Descrição	Taxa a.a.	Sd. Inicial 2024	Aquisições	Sd. Final Bens 2025	Sd inicial Amort 2024	Amortiz. do Ano	Sd. Final Amort. 2025	Residual 2025	Residual 2024
Licenças de Software	20%	4.500	-	4.500	(943)	(900)	(1.843)	2.658	3.557
		4.500	-	4.500	(943)	(900)	(1.843)	2.658	3.557

16.2 – CONSOLIDADO

Descrição	Taxa a.a.	Sd. Inicial 2024	Aquisições	Baixa	Sd. Final Bens 2025	Sd inicial Amort2024	Amortiz. do Ano	Sd. Final Amort2025	Residual 2025	Residual 2024
Projeto de Pesquisas	20%	921.864	351.416	-	1.273.280	-	-	-	1.273.280	921.864
Marcas e Patentes	20%	93.915	75.537	-	169.452	-	-	-	169.452	93.915
Licenças de Uso de Software	20%	143.076	29.477	-	172.553	(39.195)	(33.628)	(72.823)	99.730	103.881
		1.158.855	456.430	-	1.615.285	(39.195)	(33.628)	(72.823)	1.542.462	1.119.660

Os intangíveis estão demonstrados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que contemplam o prazo de vida útil do intangível.

17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Financiamento de Usina Fotovoltaica	-	-	978.552	-
Empréstimos de Pessoa Jurídica	1.801.909	636.406	-	636.406
Arrendamento Mercantil (Leasing)	-	-	156.803	-
Financiamentos de Veículos	-	-	54.528	169.614
	1.801.909	636.406	1.189.883	806.020
Juros Antecipados s/Financiamentos	-	-	(6.600)	(48.670)
CP	1.801.909	636.406	263.476	740.783
LP	-	-	919.807	16.567

Os valores compreendem os saldos empréstimos e os financiamentos para aquisição de veículos, são acrescidos dos correspondentes juros e encargos. Não existem valores a pagar relacionados à capital de giro e ou financiamentos e empréstimos para outros fins.

18 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
18.1 – REMUNERAÇÃO/ ENCARGOS/ BENEFÍCIOS				
Salários e remunerações	1.351	2.514	114.411	109.049
Encargos sociais a pagar	471	875	94.790	88.213
	1.822	3.389	209.201	197.262
18.2 – OBRIGAÇÕES COM FÉRIAS				
Obrigações de Férias	-	-	159.110	156.696
INSS de Férias	-	-	42.694	43.121
FGTS de Férias	-	-	12.707	12.536
	-	-	214.511	212.353
	1.822	3.389	423.712	409.615

As obrigações trabalhistas a pagar, referem-se aos salários, encargos e benefícios sobre a folha de pagamento. A provisão de férias foi calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, acrescidos dos encargos sociais correspondentes.

19 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de Matérias e Serviços	-	-	906.542	1.238.164
Provisão de Comissões de consultores	-	-	2.086.284	2.279.675
	-	-	2.992.826	3.517.839

As contas a pagar de fornecedores são obrigações referente compras de materiais e serviços e provisões de comissões sobre vendas que foram realizadas no curso normal da operação contabilizados pelo regime de competência.

20 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributos Federais	8.677	-	228.098	255.942
ICMS	-	-	39.317	30.182
	8.677	-	267.415	286.124

As obrigações tributárias compreendem os impostos a recolher retidos sobre folha, notas de fiscais, ICMS sobre faturamento, IRPJ/CSLL E REFIS, bem como os impostos e contribuições das obrigações fiscais recorrentes.

ANEND

AUDITORES INDEPENDENTES S/C

21 – LUCROS E DIVIDENDOS A DISTRIBUIR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Moras Participações S/A	54.641	40.951	54.641	40.591
	54.641	40.591	54.641	40.591

São as obrigações com acionistas calculáveis correspondentes ao lucro do exercício. A administração autoriza a distribuição antecipada lucros com base nos saldos de lucros de exercícios anteriores.

22 – OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de Clientes	-	-	339	219.833
Outras Obrigações	90.467	569	113.606	21.608
	90.467	569	113.945	241.441

As demais obrigações a pagar são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros, encargos das variações até a data do balanço

23 – CONTINGENCIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contingência Tributária ICMS	-	-	184.350	-
	-	-	184.350	-

A provisão é da controlada Moraz, que recebeu um auto infração de ICMS sobre a falta de informações no campo de dados adicionais na nota fiscal.

24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Social	2.132.753	2.132.753	2.132.753	2.132.753
Reserva de Lucros	26.757.713	24.960.144	26.757.713	24.960.144
Lucros do Exercício	1.151.753	3.022.618	1.151.753	3.022.618
Distribuição de Lucros	(1.172.209)	(1.225.049)	(1.172.209)	(1.225.049)
Ações em Tesouraria	(387.329)	-	(387.329)	-
	28.482.681	28.890.466	28.482.681	28.890.466

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido totalizou R\$28.482.681, e para o exercício social findo, em 2024, o valor era R\$28.890.466 relativo aos resultados dos exercícios.

25 – RECEITAS DE VENDAS DOS PRODUTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Biofertilizantes	-	-	1.253.555	707.536
Bioinsumos	-	-	16.345.537	18.118.493
Sementes	-	-	1.853.709	3.501.402
Vendas de Produtos	-	-	19.452.801	22.327.431
ICMS sobre Vendas	-	-	(936.850)	(897.966)
Receita Líquida	-	-	18.515.951	21.429.465

As receitas de vendas de produto fabricados e comercialização são vendas de fertilizantes, insumos biológicos e sementes para agricultura.

26 – CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025
Custo dos Produtos Vendidos-CPV	-	-	(2.209.676)	(2.393.386)
Custo das Mercadorias Vendidos-CMV	-	-	(1.273.697)	(2.470.228)
Pessoal	(24.421)	(42.282)	(3.312.993)	(3.552.802)
Transportes e Logísticas	-	-	(1.264.407)	(1.458.140)
Serviços de Terceiros	(139.425)	(141.661)	(2.939.347)	(1.732.053)
Comissões sobre Vendas	-	-	(2.973.080)	(3.197.175)
Despesas P&D.	-	-	(83.801)	(343.445)
Outras Despesas	(1.750)	(437)	(269.170)	(598.644)
Depreciações e Amortizações	(20.73)	(1.946)	(1.469.082)	(1.241.506)
PECLD	-	-	(630.961)	(705.815)
Custos e Despesas	(186.329)	(186.326)	(16.426.214)	(17.693.194)
Outras Despesas Operacionais				
Perdas de Estoque	-	-	(542.200)	(330.034)
Outras Receitas Operacionais				
Resultado da Equiv. Patrimonial	1.272.486	3.208.320	-	-
Outras Receitas Vendas Imobilizados	-	-	61.252,97	32.303
Outras Receitas Operacionais	1.272.486	3.208.320	(480.947)	(297.731)
Custos/Despesas/Outras Receitas	1.086.157	3.021.994	(16.907.161)	(17.990.925)

Os custos e despesas para desenvolver as atividades operacionais e o efeito do cálculo da PECLD, bem como a redução é reflexo de menores receitas.

27 – DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Tarifas Bancárias	(2.425)	(2.025)	(24.013)	(19.803)
Juros IOF sobre Financiamentos	(36)	(721)	(194.157)	(76.120)
Juros e Multas pagos	(4.324)	(36)	(16.435)	(18.779)
	(6.785)	(2.782)	(234.605)	(114.702)
Receitas financeiras				
Rendimentos Aplicação Financeiras	95.155	3.309	518.162	470.376
Juros Recebidos e Descontos Obtidos	83	97	21.978	44.186
	95.238	3.406	540.140	514.562
Financeiras Líquidas	88.453	624	305.535	399.860

Despesas Financeiras a redução relativa aos juros de empréstimos, e as receitas financeiras referem-se aplicações financeiras.

28 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Vendas de Produtos	95.238	-	19.452.802	22.327.431
Receitas financeiras	-	-	540.140	514.562
Outras receitas	-	-	61.253	32.302
Base cálculo IRPJ - Lucro Presumido (8%)	95.238	-	20.054.195	22.874.295
Base de Cálculo IR (8%)	-	-	1.556.224	1.786.194
Base de Cálculo Ajustada	95.238	-	2.157.617	2.333.058
Base de Cálculo CSLL (12%)	-	-	2.334.336	2.679.292
Base de Cálculo Ajustada	95.238	-	2.935.729	3.226.156
IR + AIR	<u>(14.286)</u>		<u>(498.356)</u>	<u>(525.428)</u>
CSLL	<u>(8.571)</u>		<u>(264.216)</u>	<u>(290.354)</u>
Estimativa IRPJ e CSLL	<u>(22.857)</u>		<u>(762.572)</u>	<u>(815.782)</u>
Alíquota efetiva de IR (s/ BC IR ajustada)	<u>15%</u>	-	<u>23%</u>	<u>23%</u>

* A apuração do IR/CSL é realizada pelo lucro presumido trimestral.

29 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado do Exercício	<u>1.151.753</u>	<u>3.022.618</u>	<u>1.151.753</u>	<u>3.022.618</u>
	<u>1.151.753</u>	<u>3.022.618</u>	<u>1.151.753</u>	<u>3.022.618</u>

O resultado do ano 2025 foi lucro em R\$1.151.753, efeito dos resultados operacionais (em 2024 lucro em R\$3.022.618).